

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: DISCURSO E PRÁTICA

Márcia Maria Andrade de Carvalho*

RESUMO: *O termo “desenvolvimento sustentável” apresenta-se como uma novidade semântica, que tem sido bastante aludida como promessa de satisfação das necessidades presentes “sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”, conforme consta no relatório “Nosso Futuro Comum”, por diversos atores, visando interesses momentâneos. Parte da dificuldade em compreender e traduzir o termo “desenvolvimento sustentável” vem da carga ideológica da palavra “desenvolvimento”. Por seu turno, o termo sustentabilidade tem múltiplos sentidos. A discussão carece também de determinação de como verificar os efeitos sociais de práticas empresariais ditas sustentáveis, permanecendo sem resposta questões tais como: como é possível discutir e analisar criticamente os resultados do “desenvolvimento sustentável” implantado em determinados espaços e tempos? De que maneira se pode considerar que práticas “ditas” sustentáveis realmente o sejam, objetivem-se, de maneira que seja possível o seu estudo sistemático? Seriam as técnicas produtivas que deveriam ser enfocadas por serem tidas como sustentáveis? Seriam as afirmações, tomadas por intermédio dos discursos, que devem ser consideradas como demonstração de tomada de posições comprovadoras de que as práticas são sustentáveis? Este texto enfatiza a importância de observar o poder simbólico do discurso do desenvolvimento sustentável, atualmente. Entendemos que seja um discurso de poder, conforme Bourdieu (2001; p.143), construído socialmente e que produz efeitos sociais determinados por circunstâncias muito específicas. Trata-se, mais especificamente, de uma interpretação dos efeitos sociais provenientes do poder simbólico do discurso do “desenvolvimento sustentável”, no Extremo Sul do Estado da Bahia, tendo como porta-voz a agroindústria de papel e celulose.*

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Poder Simbólico; Efeitos Sociais

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sustentável tem sido discutido em diversos espaços e tem motivado muitos estudos. No caso da região Oeste do Estado da Bahia, analisado por Caribé (2001), por exemplo, a proposta de “desenvolvimento sustentável” que foi implantada apresentou-se desvinculada da história regional e a população local resistiu à sua implementação. Segundo o autor, a região, “*que teve parte de seu espaço produtivo reformulado a partir do início da década de 1980, contando com fartos recursos públicos e privados*”, mantém padrões de pobreza para a maioria da sua população. Segundo o autor, na região impera a violência, a prostituição infantil, drogas, ruas sem asfaltamento e com esgoto correndo a céu aberto. “É impossível considerar sustentável tal região ou um subespaço desta região”.

O termo “desenvolvimento sustentável” apresenta-se como uma novidade semântica, um processo de construção de significado que tem sido utilizado por diversos atores, justamente por sua imprecisão, visando seus interesses momentâneos. Parte da dificuldade em compreender e traduzir o termo “desenvolvimento sustentável” vem da carga ideológica da palavra “desenvolvimento”. Por seu turno, o termo sustentabilidade tem múltiplos sentidos. Diz Acsehrad (1997:1922) que distintas representações e valores vêm sendo associados à noção de sustentabilidade. A imprecisão do termo “sustentabilidade” sugere que não há ainda hegemonia

* Mestre em Planejamento Regional pela UFRJ, Professora da UCSal e Doutoranda em Planejamento Regional pela UFRJ. E-MAIL: andrademarcia1@bol.com.br.

estabelecida entre os diferentes discursos. Ao contrário dos conceitos analíticos voltados para a explicação do real, a noção de sustentabilidade está submetida à lógica das práticas que se pretende realizar. Este autor descreve alguns dos sentidos que se tem aplicado à noção “sustentabilidade”. A noção tem sido associada à eficiência na utilização dos recursos do planeta; tem sido associada ao estabelecimento de limites quantitativos ao crescimento econômico¹ (relacionando-se ao sentido de escala); tem sido associada ao sentido de equidade no qual articula-se justiça e ecologia; tem sido também associada ao sentido de autosuficiência, no qual as comunidades seriam sustentáveis por desenvolverem relações tradicionais com o meio físico natural de que depende sua sobrevivência e, finalmente, tem sido associada ao sentido de ética na contenção racional dos desejos.

Essa multiplicidade de sentidos revela-se como uma parte das dificuldades de discutir e analisar o desenvolvimento sustentável. Para tentar vencer as dificuldades é imprescindível determinar um contexto social de abrangência, ou seja, o espaço e o tempo e identificar agentes portadores do discurso, que produzem a crença na sustentabilidade das práticas, bem como os agentes que estão em posição de criticar tais práticas. Isto porque o termo sustentabilidade não tem atributos teóricos e práticos definidos, se parecendo mais com a expressão de algo que se pretende realizar, algo que está sempre em projeto, do que com alguma prática objetivada. Uma outra dificuldade relaciona-se com a carga de ideologia e de valores que o termo pode conter. No caso do “desenvolvimento sustentável” é evidente a presença da ideologia do desenvolvimento, do progresso, do crescimento, reconhecida como valores das sociedades capitalistas. A ideologia do desenvolvimento tem peso preponderante no capitalismo e vem sendo imposta como um padrão, com pretensão de validade global, o que nos leva a questionar se o termo “desenvolvimento sustentável” possa, em algum sentido, significar mudança.

Apesar de tudo, observa-se que a noção “sustentabilidade” tem sido bastante aludida em instâncias que compõem a sociedade contemporânea tais como a academia, a economia e o governo, tanto em nível nacional como internacional, como uma saída para os problemas do desenvolvimento e como promessa de satisfação das necessidades presentes “sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”, conforme consta no relatório “Nosso Futuro Comum”. No entanto, não se pode dizer que se tenha determinado os caminhos para verificação dos efeitos sociais de práticas empresariais ditas sustentáveis, permanecendo sem resposta questões tais como: como é possível discutir e analisar criticamente os resultados do “desenvolvimento sustentável” implantado em determinados espaços e tempos? De que maneira se pode considerar que práticas “ditas” sustentáveis realmente o sejam, objetivem-se, de maneira que seja possível o seu estudo sistemático? Seriam as técnicas produtivas que deveriam ser enfocadas por serem tidas como sustentáveis? Seriam as afirmações, tomadas por intermédio dos discursos, que devem ser consideradas como demonstração de tomada de posições comprovadoras de que as práticas são sustentáveis?

Em relação às técnicas muitos são os problemas que se apresentam, pois uma técnica considerada sustentável por determinados agentes e em determinados contextos espaço-temporais pode ser vista como insustentável por outros agentes ou em situações diversas. Os discursos, conforme foram estudados nessa pesquisa de doutoramento, apresentaram-se competentes na apresentação dos projetos, mas os projetos não se concatenavam com os anseios da maior parte da população da região estudada.

Em função de tais dificuldades propõe-se que os estudos levem em consideração a perspectiva da crença na sustentabilidade das práticas como o cimento que possibilita a

¹ Os instrumentos apresentados para o controle do consumo global de recursos são o controle populacional ou a "autolimitação inteligente" dos níveis individuais de consumo.

construção da sustentabilidade, ou seja, uma prática é considerada sustentável se os agentes entendem-na como tal, acreditam na sua especificidade. Isso nos remete a pensar que os agentes necessitam estar envolvidos culturalmente para compartilharem um sentido para a sustentabilidade.

Nesse processo de envolvimento cultural não se pode prescindir de práticas comunicativas. Dito de outro modo, é por intermédio da comunicação, mais especificamente do discurso, que a crença na sustentabilidade é proposta e reiterada aos agentes. Conforme Fairclough (2001:25), muitas mudanças sociais não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem. Isso implica que o discurso tem uma relação ativa com a realidade, tem um poder simbólico nos termos de Bourdieu (2000, 2001, 48), em vez de o discurso ter apenas uma relação passiva com a realidade, com a linguagem meramente se referindo aos objetos, explicando ou descrevendo os objetos. Nesse sentido, o discurso do desenvolvimento sustentável não tem objeto, não há um desenvolvimento sustentável concreto observável, que tenha sido a origem do termo, pelo contrário, o termo existe para construir um significado, ou construir um objeto.

No entanto as dificuldades não ficam por aí. Consideramos importante o ponto de vista do poder simbólico no debate sobre o desenvolvimento sustentável. Tal poder é construído socialmente e produz efeitos sociais que devem ser analisados (BOURDIEU, 2001, p.143). Este texto tem como objetivo trazer para o debate uma contribuição acerca dos efeitos sociais do poder simbólico do discurso do desenvolvimento sustentável na sociedade. Trata-se, mais especificamente, de uma interpretação dos efeitos sociais provenientes do poder simbólico do discurso do “desenvolvimento sustentável”, no Extremo Sul do Estado da Bahia, tendo como porta-voz a agroindústria de papel e celulose.

2. DISCURSO E CAPITAL SIMBÓLICO

Na região Extremo Sul do Estado da Bahia a atividade de monocultura de eucalipto e industrialização de celulose e papel expande-se desde o início da década de 1970, a partir das primeiras plantações de eucalipto, passando pelo licenciamento da primeira fábrica de celulose e papel da região, a Bahia Sul Celulose, em 1989, até a implantação de uma das mais modernas fábricas de celulose e papel do mundo, em 2005, a Veracel Celulose S.A, em parceria com a Aracruz Celulose e a sueco-finlandesa Stora Enso, duas líderes internacionais no setor de celulose e papel.

Nos relatórios anuais e nos sites institucionais² as empresas do setor, na região, apresentam e defendem suas práticas produtivas como sustentáveis. No caso da Veracel Celulose S.A., no site institucional a empresa afirma que tem como compromisso “*respeitar o meio ambiente, gerar emprego e renda, promover a melhoria da qualidade de vida da população e dar retorno para os acionistas, seguindo os princípios da sustentabilidade*”. Afirma que “*quer ser uma referência mundial em sustentabilidade e destacar-se como uma empresa ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável*”. A agenda de sustentabilidade da empresa é apresentada nos seguintes termos: a competitividade do negócio; as melhores práticas ambientais no manejo florestal; as melhores práticas ambientais na produção de celulose; um forte compromisso social; um diálogo ativo com as partes interessadas; a geração de impactos econômicos positivos para a região. Segundo a empresa, a sustentabilidade “*diz respeito à busca constante da qualidade nos processos, com objetivos de*

² <http://www.veracel.com.br/pt/> e <http://www.aracruz.com.br/>

gerar maior riqueza para todos os envolvidos no negócio, ano após ano, e sem prejuízos ao meio ambiente". No site da Aracruz Celulose S.A pode-se conhecer sua posição quanto ao desenvolvimento sustentável: "*É um compromisso da Aracruz Celulose a contribuição ao desenvolvimento econômico e social em harmonia com a preservação ambiental, com base no conceito de desenvolvimento sustentável.*"³

O discurso acima resumido, que traduz o desenvolvimento sustentável para a referida empresa, não apenas descreve algumas práticas, mas, é portador de poder simbólico e produz efeitos sociais previstos ou não.

A noção construída de sustentabilidade da prática empresarial, por intermédio do discurso do desenvolvimento sustentável, apropriado por diversas empresas, nos últimos dez anos, tornou-se um capital simbólico que permite o acesso a outros tipos de capitais como o capital econômico e o social. O capital simbólico não constitui uma espécie particular de capital, mas justamente aquilo em que se transforma qualquer espécie de capital quando é valorizado, reconhecido enquanto poder ou capacidade (atual ou potencial). O capital simbólico é, portanto, uma verdadeira "força mágica" que exerce uma espécie de ação à distância, mesmo que sem contato físico (Bourdieu, 1996; 170). O poder desse capital simbólico é evidente na imposição da lógica econômica do agronegócio sobre as demais lógicas e formas de viver, implicando, por exemplo, em facilidade de acesso a recursos financeiros, entre outras facilidades, tanto que o agronegócio brasileiro recebeu, no ano de 2003, 36 bilhões de Reais em financiamento, enquanto a agricultura familiar somente 6 bilhões.

No entanto, apesar do discurso e do poder simbólico que o mesmo confere a quem o utiliza, o que se percebe na região é um ambiente de conflito social. O modelo produtivo que vem sendo implantado – monocultura para exportação - não concorre para que os sujeitos e grupos locais percebam a "sustentabilidade" do negócio da mesma forma que a empresa, o governo do estado e a mídia nacional, percebem. Enquanto estes agentes defendem a monocultura de eucalipto e a produção de celulose e papel como prática sustentável e valorizada, no sistema social local, ela tem sido veementemente rejeitada e desvalorizada. Em outros termos, enquanto a empresa defende suas práticas como sustentáveis e benéficas para o meio ambiente e a sociedade, as populações locais lutam para impedir a sua expansão, configurando dessa maneira um conflito social entre populações tradicionais territorializadas e o agronegócio. Isso denota a falta de consenso quanto ao que seja um desenvolvimento sustentável.

A observação desse contexto de conflito, durante o estudo do caso, direcionou-se para o entendimento de quais processos resultariam da imposição do modelo agrícola-monocultural-industrial, legitimado pelo poder simbólico do termo, na região. O resultado foi a percepção de alguns processos sociais que foram considerados como efeitos sociais do poder simbólico do termo "desenvolvimento sustentável".

3. EFEITOS SOCIAIS DO DISCURSO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1 Redução do espaço dos direitos políticos

A região Extremo Sul do Estado da Bahia apresenta problemas decorrentes de deficiências no campo dos direitos sociais. Nos momentos de denúncia, quando os agentes das comunidades locais podem se manifestar – nos fóruns, passeatas, seminários e encontros - aponta-se a falta da possibilidade de participar e de usufruir de certos benefícios considerados

³ http://www.aracruz.com.br/web/pt/aracruz/aracruz_politicas.htm. Acesso em 23/05/04.

essenciais, pelos grupos locais. O reduzido espaço de participação na tomada de decisão quanto à sua própria vida, é o que mais preocupa, principalmente àqueles que têm a percepção da gênese da questão, os representantes das organizações da sociedade civil na região, como o CEPEDS – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Extremo Sul, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, o CDDH- Centro de Defesa de Direitos Humanos. A preocupação se explica na constatação de que a imposição do modelo produtivo determinado (dito sustentável) é vista também como a imposição da destruição dos outros modelos de reprodução social, ou seja, a imposição de um modelo implica na redução de direitos políticos⁴.

3.2 O descompromisso com os padrões sociais vigentes

A possibilidade de integração e participação da população local no processo de desenvolvimento imposto é reduzida. A monocultura de eucalipto e a produção de celulose e papel, da forma como implementada na região, não possibilitou a integração das populações locais no dito desenvolvimento. Já havia afirmado Carneiro (1994, p. 65) que:

“Um processo de desenvolvimento permanente e continuado não pode ser esperado da simples instalação de um complexo industrial numa região economicamente atrasada. Um complexo só funcionará como verdadeiro pólo de desenvolvimento se encerrar um centro dinâmico capaz de gerar e transmitir inovações que estimulem a emergência de novas indústrias e de novas seqüências de interdependência”. (CARNEIRO, 1994, p.65)

Nesse sentido, para uma região “subdesenvolvida” seria muito importante a integração regional, ou seja, a ampliação do número de relações econômicas em termos de fatores de produção, informações, estradas, hidrovias, etc., levando essas áreas a serem reciprocamente dependentes. A produção de celulose não é uma indústria tipicamente voltada para o consumo, e, portanto, não é capaz de transformar as cidades de seu entorno em centros de beneficiamento, transformação e exportação de produtos regionais. Além disso, a integração intersetorial que pode ser vertical (compras) ou horizontal (vendas) também é fraca nesse setor.

O agronegócio de celulose e papel no extremo sul da Bahia exportava, na fase de elaboração da pesquisa, 98% do que produzia através do porto privado distante cerca de 1,5km da fábrica do Espírito Santo⁵. A produção segue para a América do Norte, Europa e Ásia. Portanto, não há integração horizontal, já que as vendas são realizadas para fora da região. A integração vertical (compras), embora ocorra, não é significativa, pois a maior parte dos insumos (produtos químicos) são adquiridos de outras regiões, uma vez que também não são produzidos no Extremo Sul. O único insumo produzido na região é a própria celulose proveniente dos maciços arbóreo, que são de propriedade da própria empresa.

⁴ Os direitos políticos, aqui entendidos, são aqueles direitos que facultam e delimitam o papel do cidadão na organização política da sua comunidade – os direitos de votar, ser eleito, organizar e participar de partidos políticos, etc., este, na região, limita-se ao direito de votar, uma vez que é dificultada a eleição (as campanhas são caríssimas). O direito de fiscalizar os que participam, também tem sido limitado por dificuldade de acesso à informação. Quanto aos direitos sociais, finalmente, são direitos ao acesso a um conjunto de bens e serviços considerados indispensáveis para a vida digna e para a convivência social – o direito à educação, à saúde, ao trabalho, a um salário decente, à proteção em situações de doença e velhice, e assim por diante, conforme Reis (2000), em trabalho preparado por solicitação do Banco Mundial, como contribuição para um estudo em andamento sobre a exclusão social no Brasil. Pessoas interessadas neste projeto mais amplo devem entrar em contato com Estanislao Gacitúa-Marió, Egacituamario@worldbank.org. Elaborado por Elisa Pereira Reis e Simon Schwartzman

⁵ Informações mais detalhadas podem ser obtidas no site aracruz.com.br. Acesso em 08/08/2004.

3.3 A destruição dos saberes tradicionais e das possibilidades de alternativas

Por outro lado o agronegócio, fortalecido pelo poder simbólico do discurso do desenvolvimento sustentável, tem produzido desintegração de sistemas sociais, na região. A expansão da monocultura de eucalipto pelo território implica na redução do espaço de subsistência e de vivência das populações territorializadas, o que resulta na eliminação dos sistemas locais de saber e na destruição das próprias condições de existência de alternativas. O desaparecimento do saber local acontece em muitos planos, por meio de muitos processos. A ideologia do desenvolvimento sustentável, que se impõe como universal e inerentemente superior às outras ideologias, acaba por destruir o conhecimento das populações regionais. A destruição dos saberes das populações do local é realizada num processo em que tais saberes não são considerados saberes. A cultura dominante faz com que desapareçam, pois lhes nega o status de um saber sistemático, atribuindo-lhes os adjetivos de "primitivo" e "anticientífico", "arcaico" e até "improdutivo". A invisibilidade também é razão pela qual os sistemas locais entram em colapso. A imposição do saber dominante destrói as próprias condições para a existência de saberes alternativos. *"O saber dominante destrói as próprias condições para existência de alternativas"* (Shiva, 2003:23-25).

Antes da chegada do chamado "desenvolvimento", a Região Extremo Sul da Bahia era habitada por nações indígenas e remanescentes quilombolas, com formas de vida e de reprodução muito próprias, conciliando atividades econômicas produtivas com preservação da diversidade da base material da região. Quem conta a história do Extremo sul é o Padre Koopmans (1999: 82), que diz que "o que mais caracterizava este espaço e este tempo era a cultura da população. Entretanto, para a cultura ocidental tal ambiente é considerado "atrasado", "improdutivo", "sem progresso", devendo, portanto, a região "ser explorada". Na inauguração da BR-101, estrada que corta a região, em 1975, o Governador do Estado falou que teria redescoberto o Extremo Sul, que até então estava "esquecido", e que a partir de então, a região teria o "progresso" e o "desenvolvimento", diz Pe. Koopmans, (1999: 82).

Na atualidade, o discurso empresarial afirma que as comunidades indígenas *"não têm projetos de longo prazo que venham a possibilitar sua sobrevivência e aprimorar suas condições de vida de maneira sustentável"*. Desconsideram que o modo de vida daqueles povos é um outro modo de vida com possibilidades de sobrevivência, desde que mantidas as condições necessárias e suficientes, que no caso significa a manutenção da floresta. Desconsideram o fato de que desde muito tempo, antes da chegada do europeu na Região Extremo Sul da Bahia, mais de 3 milhões de índios conviveram com a floresta, sem destruí-la.

Por outro lado, o acúmulo de espaço físico nas mãos de poucos proprietários, por sua vez, é também um fator que limita a possibilidade de variados usos e apropriações do território e reafirma o mecanismo de acumulação de riquezas e de redução do espaço de alternativas. Na atualidade o processo de acumulação de terras pela Aracruz Celulose é possibilitado pela oferta de valores cada vez mais altos pela terra. Os pequenos produtores não dispõem de muitos recursos para adquirir mais terras ou para mantê-las, assim, as empresas vão acumulando cada vez maiores pedaços do território, que vai sendo transformado em plantação homogênea de árvores.

3.4 A redução do poder do produtor

A expansão da monocultura, legitimada pelo discurso do "desenvolvimento sustentável", ao acabar com a diversidade de alternativa de sobrevivência para as populações locais produz, ao

mesmo tempo, o controle centralizado da produção e da economia local, tendo como consequência a perda do poder da sociedade, na tomada de decisões. Preservar a diversidade de alternativas significa preservar a independência para as sociedades. No caso das monoculturas de eucalipto tornou-se comum a prática do fomento florestal que tem como resultado reduzir, cada vez mais, as alternativas de sobrevivência das populações locais. O fomento florestal é uma prática caracterizada pela utilização de terras de pequenos produtores rurais para plantação de espécie que interessa à empresa de fomento. Na região a empresa fornece as mudas de eucalipto para que os pequenos proprietários plantem em suas propriedades. Os pequenos produtores plantam o eucalipto e cuidam como proprietários, isso significa que trabalham sem nenhuma garantia trabalhista. Suas terras acabam cercadas por eucalipto e contaminadas por defensivos agrícolas que escorrem para os córregos que atravessam os eucaliptais. Mesmo aqueles que desejam produzir alguma espécie alimentícia para a sua subsistência, tem dificuldade em produzir na proximidade do eucalipto por causa da seca e da poluição. Entretanto, o maior prejuízo para o pequeno proprietário de terra que ingressa no programa de fomento florestal é a perda da soberania sobre sua atividade. O produtor passa a depender de um único produto, de um mercado que desconhece e de um único comprador para sua produção.

3.5 A redução da produção de alimentos e da biodiversidade

O empobrecimento da região em termos da produção de alimentos e de biodiversidade é um outro aspecto que compõe o conflito social em questão. Na cultura dominante, quanto mais a diversidade é exterminada e substituída pela uniformidade das monoculturas, as safras e a produtividade parecem aumentar. Entretanto, do ponto de vista da diversidade as monoculturas são fontes de escassez e pobreza, são sistemas empobrecidos. "*A monocultura é a destruição da diversidade legitimada pela ideologia do desenvolvimento*" (Shiva, 2003:19). As monoculturas de eucalipto são blocos homogêneos de uma única espécie de árvore da mesma idade. Pela escassez de água e alimentos, poucos animais conseguem sobreviver no eucaliptal. O sub-bosque é eliminado com herbicidas, plantio com espaçamento regular (que não deixa passar a luz solar) e corte em intervalos de tempo curtos (não permitindo o crescimento do sub-bosque)⁶. Essa interpretação é compartilhada pelos agentes que estão lutando para manter espaço para o exercício de suas atividades produtivas relacionadas com a produção de frutas e outros produtos alimentícios. O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) afirma que o eucalipto não mata a fome, portanto nas áreas onde se planta eucalipto “não se plantou nada”, são áreas que precisam ser limpas para a plantação de alimentos.

O empobrecimento da região é sentido pelas populações que tradicionalmente extraíram alimentos da Mata Atlântica e das pequenas propriedades rurais que ali havia e que estão, pouco a pouco, sendo ocupadas por maciços arbóreos de eucalipto. Segundo os representantes do CEPEDS – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento do Extremo Sul, a região, que já foi “a maior produtora de frutas” do estado, hoje, precisa importar para atender à demanda da população.

⁶ Em relação à pobreza em termos de biodiversidade recorre-se a uma tese da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf), sobre a diversidade microbiana, que mostra que a área onde há uma grande plantação de eucalipto apresenta cerca de 25% de redução de micróbios necessários à adubação da terra e desenvolvimento do solo (bem inferior aos outros tipos analisados), (O Diário:2003).

3.6 A redução do espaço do trabalho

A busca empresarial pela competitividade, na atualidade, é caracterizada pela corrida para redução dos tempos de produção e dos custos de produção, visando aumentar os fluxos e conseqüentemente os lucros, entre outros processos, principalmente em se tratando de grandes empresas que competem no mercado internacional, como é o caso do agronegócio em questão.

Mas, as tentativas de aumentar fluxos de mercadoria numa direção geram muitos tipos de escassez em produtos afins, diz Shiva, (2003:174). No caso analisado nesse trabalho, o aumento nos fluxos produtivos conforme acima entendido, implica em escassezes que estão relacionadas com a especificidade da região. Enquanto nos países ricos pode-se compreender os esforços para redução de custos de mão-de-obra – que se tornou cara –, nos países pobres não se pode pensar da mesma forma. As necessidades não são as mesmas para países ricos e pobres, e a eficiência também não.

Na região em estudo, onde o insumo mão-de-obra tornou-se abundante após a destruição de formas alternativas de subsistência, o modelo de desenvolvimento agrícola implantado, a monocultura, que tem como característica a reduzida necessidade de trabalho humano, tem como efeito destruir os meios de subsistência. O aumento da produtividade da monocultura – que significa apropriação cada vez maior das terras agricultáveis, aumento da mecanização, redução da necessidade de mão-de-obra – implica na redução do espaço do trabalho para as populações locais.

Portanto, a questão dos empregos deve ser analisada com muito cuidado. Não se deve tratá-la de forma tão simplista como faz a mídia e o Governo do Estado, ao afirmar que a nova fábrica vai gerar 10.000 empregos diretos e indiretos. A questão que não pode ser deixada de lado é: qual a extensão territorial que será ocupada para gerar esses empregos? É preciso não deixar fora da análise o custo social e ambiental desses empregos. Portanto, cabe verificar quanto de biodiversidade será consumido na geração desses empregos, quando matas e riachos forem transformados em monocultura. Quanto de desemprego será gerado para produzir esses empregos, ou seja, quantos pequenos produtores e trabalhadores ficam sem terras (por processos diversos) para o trabalho, para que a indústria produza os seus empregos.

Além das áreas plantadas, a Aracruz Celulose vem acumulando terras com o pretexto de que está contribuindo para o aumento das áreas de ecossistemas naturais protegidos. Com esse discurso instituiu a prática de possuir "mais de 1 hectare de reservas nativas para cada 2 ha de plantio de eucalipto". Atualmente a empresa divulga já possuir aproximadamente 128 mil hectares para esse fim. Essa prática tende a manter a estrutura de concentração de terras nas mãos de poucos proprietários e impede o processo de reforma agrária na região, uma vez que torna as terras escassas e muito caras, resultando na redução cada vez maior do espaço do trabalho.

3.7 A sustentabilidade unidimensional

Uma floresta possui numerosas espécies de árvores e arbustos de todas as idades, uma quantidade ainda maior de outras espécies vegetais, tanto no solo quanto nas próprias árvores e arbustos (samambaias, trepadeiras, parasitas, etc.), bem como uma enorme variedade de espécies de fauna que ali encontram refúgio, alimento e possibilidade de reprodução. A espécie humana também faz parte da floresta, encontrando bens e serviços que garantem sua sobrevivência.

Conforme Shiva (2003, p. 164) “a alta produtividade dos sistemas uniformes e homogêneos é uma categoria construída contextual e teoricamente, que tem como base levar em conta apenas o rendimento e a produção unidimensionais”. A produtividade da monocultura em

questão é medida pelo período de tempo para que possa ser feita a colheita, que no caso é em apenas 7 anos para a produção de celulose, quando a árvore atinge 35 metros de altura, enquanto nos outros países esse tempo são 11 anos. Nesse sentido, considera-se que o eucalipto da Aracruz tem o dobro da produtividade de espécies coníferas plantadas no Brasil e da maioria das árvores nativas. Verifica-se que não se está levando em conta a necessidade de insumos sob a forma de sementes, fertilizantes químicos, pesticidas, petróleo e irrigação intensiva.

Embora se afirme que a produção de papel e celulose instalada na região seja o exemplo de "Brasil que dá certo" (Veja, 2004), a região apresenta índices de desenvolvimento humano insuficientes, conforme revelou um estudo do Ministério da Integração Nacional, publicado em 1999. Conhecido como Portal do Descobrimento, o extremo sul da Bahia é o número 1 dos 13 "bolsões de miséria" existentes no Brasil. Talvez não por coincidência, no Sul brasileiro há outro bolsão de miséria, o número 12, onde também há monocultura de eucalipto, nas proximidades (Veja, 1999:196). Isso reflete a análise unidimensional da produtividade pelo PIB, sem considerar a dimensão da qualidade de vida das populações territorializadas, que mantêm vínculos culturais com o local.

4. CONCLUSÃO

O discurso empresarial do desenvolvimento sustentável é visto como portador de um poder simbólico capaz de produzir efeitos sociais. Tal poder tem como efeito propiciar à empresa, portadora do discurso, o acesso a financiamentos, licenciamentos, certificações e outras condições propícias à sua expansão e prosperidade, mas não produz efeitos sociais de melhores condições de vida para a sociedade em geral, no caso estudado.

Na região estudada, onde afirma-se o exercício de práticas "sustentáveis" ou a existência do "desenvolvimento sustentável", ocorrem também condições sociais e processos sociais incompatíveis com o discurso e em dissonância com a idéia original do desenvolvimento sustentável, haja vista o Relatório Brundtland, apresentado à Assembléia Geral da ONU em 1987.

Verifica-se a falta de compromisso do modo de "desenvolvimento sustentável" implantado pelo agronegócio com as populações tradicionais. As atividades que eram desenvolvidas pelas populações da região não foram integradas e os agentes continuam em luta por um modelo mais justo de desenvolvimento. As práticas, sustentadas pelo poder do discurso do desenvolvimento sustentável, não conseguiram produzir efeitos sociais compatíveis com a retórica do desenvolvimento sustentável a ponto de convencer de que estaria em curso uma mudança no modelo de desenvolvimento vigente ou uma mudança qualquer em direção a uma sociedade mais justa.

Mesmo sendo uma promessa de melhor articulação entre economia, meio ambiente e sociedade, o discurso empresarial do desenvolvimento sustentável tem como único agente portador e defensor o agronegócio, na região. Os demais agentes locais em luta contra a expansão desse mesmo modelo não mencionam tal expressão. Eles falam e lutam pela agricultura familiar, pela agroecologia, pela preservação da biodiversidade da floresta e das culturas, etc., o que nos leva a pensar que as atividades produtivas que mais recebem acusações pela degradação das condições do meio ambiente e da sociedade são também as que se apropriam do discurso do desenvolvimento sustentável de forma mais constante.

O que se produziu na região, como "desenvolvimento sustentável", tão veementemente defendido no discurso empresarial, da mídia e pelos representantes do Governo do Estado, comprovado através da participação percentual da atividade no PIB brasileiro e medido pela

produtividade da monocultura e da produção de papel e celulose, não foi eficiente para integrar todas as pessoas que vivem nas proximidades no mesmo ciclo de prosperidade que atingiu as empresas que compõem o agronegócio de papel e celulose na região, como propõe o desenvolvimento sustentável e como afirma o discurso empresarial.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Sustentabilidade e Território nas Ciências Sociais. Anais. Vol. 3, VII Encontro Nacional da ANPUR, Recife, Pernambuco, 26-30 maio 1997.

BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLANTEC) / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Projeto Áridas: Projeto de políticas de desenvolvimento sustentável no Nordeste semi-árido. Brasília, IICA, 1994.

BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLANTEC) / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – Oeste da Bahia, 1997

BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLANTEC) / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – Chapada Diamantina, 1997.

BAHIA. SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (SEPLANTEC) / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR). Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – Sul da Bahia, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Razões Práticas: Sobre a teoria da ação. Mariza Corrêa (trad.), Campinas, SP : Papyrus, 1996. 224p. ISBN 85-308-0393-0

CARIBÉ, Clovis. A (in)sustentabilidade da região: o novo paradigma do desenvolvimento regional. Cadernos do CEAS. Salvador, nº 192, p. 27-52, mar/abr, 2001.

CORREIO DA BAHIA, Poder, César Borges condena violência do MST contra Veracel. 08 de abril de 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Tradução Izabel Magalhães. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2001.

FUNDAÇÃO CENTRO DE PROJETOS E ESTUDOS (BA). Impactos da indústria de papel e celulose sobre o Extremo Sul. Roberto Antonio Fortuna Carneiro. Salvador: CPE, 1994.

LIMA, João Gabriel de. O MST ataca o Brasil que dá certo. Revista VEJA, 2 de junho, 2004, pg. 44-45.

Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais. As plantações não são florestas. Ricardo Carrere (Coord.), Edição: Hersília Fonseca, Montevideu, Uruguai, 2003.

O DIÁRIO, Jornal. Cuidado com o eucalipto! Tese da Uenf comprova que a plantação de eucalipto reduz em até 25% o número de micróbios necessários à adubação. Geral/Mundo Rural. Campos dos Goytacazes, 11 de Maio de 2003.

REIS, Elisa Pereira; SCHWARTZMAN Simon. Pobreza e Exclusão Social: Aspectos Sócio-Políticos. Trabalho preparado por solicitação do Banco Mundial, como contribuição para um estudo em andamento sobre a exclusão social no Brasil. Pessoas interessadas neste projeto mais amplo devem entrar em contato com Estanislaio Gacitúa-Marió, Egacituamario@worldbank.org . 2004.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Azevedo, Dinah (Trad.), São Paulo:Gaia, 2003.